

## PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

# Só falta mandar pro Congresso!

Depois de um ano de batalhas pela reestruturação do Plano de Cargos e Salários do Judiciário Federal e de detalhadas discussões entre os servidores de todo o Brasil, está chegando a hora: o anteprojeto de lei precisa ser enviado pelo Supremo Tribunal Federal, o quanto antes, à Câmara dos Deputados, para aprovação e implementação imediatas.

Segundo avaliação da Fenajufe, os servidores podem contar, agora, com argumentos fortes para exigir a aprovação: até mesmo as administrações dos tribunais reconheceram a importância da revisão do PCS; o reajuste dos subsídios de magistrados e procuradores já foi sancionado; e o PCS dos servidores da Câmara Federal está na pauta de agosto.

Na última semana de julho, o coordenador-geral da Fenajufe, Roberto Policarpo, se reuniu com os diretores-gerais do Tribunal Superior Eleitoral, Athayde Fontoura Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, Gustavo Caribé de Carvalho, e do Superior Tribunal Federal, Miguel Augusto Fonseca de Campos, para cobrar o envio. Todos se mostraram favoráveis e disseram que o momento é oportuno para os servidores.

Dentre as conquistas do novo PCS, estão a valorização dos servidores da carreira, a manutenção da paridade entre ativos e



aposentados, a carreira exclusiva de Estado, o aumento da tabela de vencimentos, a possibilidade de concurso nacional de remoção, o aumento da GAJ, a movimentação extraordinária para servidores que realizaram concurso até 1996, as gratificações específicas para oficial de justiça e agente de segurança e o adicional de qualificação.

Em audiência no dia 3 de agosto, o presidente do STF, ministro Nelson Jobim, prometeu aos representantes da Fenajufe enviar o PCS ao Congresso Nacional até o dia 30 de agosto. De acordo com o ministro, o STF está realizando um levantamento com os tribunais para que o Ministério do Planejamento avalie o impacto orçamentário.

### fato relevante

## Magistrado e procurador já receberam reajuste

A história se repete: para os servidores, não há verba. Já para os magistrados e procuradores, não faltam recursos para garantir um polpudo aumento salarial. Está no Diário Oficial da União do último dia 27: as leis 11.143 e 11.144 reajustam o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República para R\$ 21,5 mil retroativos a janeiro e para R\$ 24,5 mil a partir de janeiro do ano que vem.

Vale ressaltar que o presidente do STF, ministro Nelson Jobim, havia prometido aos servidores do Judiciário Federal que o projeto de lei de revisão do Plano de Cargos e Salários da categoria seria enviado à Câmara dos Deputados para apreciação tão logo o salário dos magistrados e procuradores fosse reajustado. Até o fechamento desta edição do **Jornal do Sintrajuf**, no entanto, o ministro ainda não havia efetuado o envio.

**sindicalismo**

## Direção visita varas e cartórios para tratar do Plano de Cargos e Salários

Mobilizar a categoria em prol da aprovação do Plano de Cargos e Salários, dar informes sobre a atuação do sindicato e tirar dúvidas sobre o anteprojeto de lei foram os objetivos principais das visitas realizadas pelos diretores do Sintrajuf a varas trabalhistas e federais, cartórios eleitorais e tribunais da capital, da região metropolitana e do interior. A necessidade de filiação e de fortalecimento da luta foi frisada pelos representantes da entidade.

As varas trabalhistas de Limoeiro e Carpina receberam a visita dos diretores Isaac Oliveira e Kátia Saraiva em 13 de julho. No dia 26, foi a vez das varas de Paulista e Igarassu, do cartório de Olinda e da Central de Atendimento ao Eleitor do Forte das Cinco Pontas serem visitados por Benedito Moura, Kátia e Jacqueline Albuquerque, da Fenajufe. Por fim, Benedito, Kátia e Isaac visitaram as varas de Boa Viagem e da Imbiribeira, em 1 de agosto.

## Sintrajuf cobra reajuste de benefícios em reunião com a presidência do TRT

A diretoria do Sintrajuf se reuniu no último dia 26 com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargadora Maria de Lourdes de Araújo Cabral de Melo, para pedir celeridade no andamento do requerimento administrativo que cobra a atualização do valor do auxílio-alimentação. Também houve reunião no dia 22 com o diretor de orçamento e no dia 25 com o secretário da presidência.

Os representantes dos servidores solicitaram reajuste dos benefícios, como o auxílio-transporte dos oficiais de justiça e o auxílio-alimentação, e pagamento dos 11,98% com o ressarcimento da diferença

para os aposentados, que receberam menos que o pessoal da ativa.

A presidente do tribunal disse que concorda com a mudança da política de reajuste dos benefícios e reconheceu a defasagem do auxílio-alimentação pago aos servidores do TRT da 6ª Região, verificando que é um dos mais baixos do Brasil. Ela afirmou que pretende aumentar o valor e aguarda parecer do setor de orçamento sobre a questão. Cabe lembrar que os servidores do TRT de Santa Catarina conquistaram, no início de agosto, o aumento de vale-alimentação em 13,63%, de R\$ 290 para R\$ 330.



VISITAS Diretores e servidores nas varas de Carpina e Limoeiro

## Oficiais de Justiça pedem lei de trânsito livre

Oficiais de Justiça se reuniram em assembléia geral da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Assojaf), no dia 13 de julho, no Tribunal Regional do Trabalho. Além da eleição de delegados para o VIII Encontro Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, em Maceió, de 6 a 11 de setembro, houve debate de assuntos de interesse dos servidores.

O encontro contou com a presença de

representantes do Sintrajuf (Kátia Saraiva), da Fenajufe (Jacqueline Albuquerque) e da Assojaf (Isaac Oliveira e Alessandro Bernardo), que trouxeram informes do PCS e ressaltaram a necessidade de integração de todos os servidores na luta pelo plano. Em seguida, foi deliberado o pedido de audiência com o deputado estadual Isaltino Nascimento (PT/PE) para discutir a proposta de uma lei de trânsito livre para os oficiais de justiça.

**balancete junho**

Receita	R\$	%
Contribuições associados	72.019,65	100,0000
<b>Total</b>	<b>72.019,65</b>	<b>100,0000</b>
<b>Despesas</b>		
Ordenados	12.869,60	17,8696
Contribuição INSS	4.667,48	6,4808
Contribuição FGTS	1.110,64	1,5421
Serviços prestados (PF)	3.513,45	4,8785
Serviços prestados (PJ)	2.774,00	3,8517
Água, luz e telefone	2.581,50	3,5844
Custas processuais	179,20	0,2488
Materiais de expediente e consumo	693,13	0,9624
Jornais, revistas e livros	226,00	0,3138
Condução	226,00	0,3138
Contribuição estatutária (CUT)	6.839,65	9,4969
Contribuição estatutária (Diap)	118,20	0,1641
Benefícios a empregados	140,00	0,1944
Material de limpeza	27,40	0,04
Refeições e mantimentos	492,94	0,6845
Assessoria jurídica	3.600,00	4,9986
Fotocópias	564,30	0,7835
Encontros	110,00	0,1527
Festa junina	10.185,32	14,1424
XII Plenária da Fenajufe	14.539,01	20,1876
Doação	100,00	0,1389
Manutenção veículo	267,33	0,3712
Combustível	290,00	0,4027
Campanha salarial	240,00	0,3332
Indenização mandato classista	4.397,92	6,1066
Despesas tributárias	905,24	1,2569
Despesas financeiras	257,68	0,3578
Vale transporte	889,20	1,2347
Plano de saúde empregados	1.580,46	2,1945
Vale alimentação empregados	2.882,62	4,0025
Total das despesas	77.268,27	107,2878
Resultado operacional	-5.248,62	(7,2878)
<b>Total</b>	<b>72.019,65</b>	<b>100,0000</b>
<b>Resumo</b>		
Despesas c/ pessoal	18.389,28	25,5337
Despesas c/ encargos	6.683,36	9,2799
Despesas c/ administração	9.126,63	12,6724
Despesas c/ movimento	43.069,00	59,8017
Saldo devedor	-5.248,62	-7,2878
<b>Total de receita</b>	<b>72.019,65</b>	<b>100,0000</b>

**Editorial**

Em alguns momentos, pode ser que os trabalhadores se sintam desestimulados para lutar. Talvez isso tenha a ver com o momento político por que passamos e com a constatação, e conseqüente decepção, de que o governo em que depositávamos todas as esperanças não fez o que havia prometido. Pelo contrário: continuou com a política do governo anterior, até aprofundando o superavit primário que renega o dever social do estado.

Essa política é a mesma que impede a reposição salarial para a qual os servidores públicos, por meio de seus sindicatos, estão dirigindo suas forças neste período, reivindicando os 18% de reajuste linear que somente obteremos com a unidade de todos. Como ainda não foi possível a unificação dessa luta este ano, as categorias que estavam em greve estão negociando suas reivindicações específicas (plano de carreira). Foi nesse contexto que a última plenária da Fenajufe deliberou um dia de paralisação, 9 de agosto, para pressionar o STF a encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que revisa o PCS. Não podemos aceitar perdas salariais nem retirada de direitos, por mais que existam crises.

O Sintrajuf e demais sindicatos têm mantido sua autonomia e encaminhado a luta necessária para ver atendidas as reivindicações da categoria, vide as diversas mobilizações efetuadas ao

longo dos últimos anos: na Reforma da Previdência em 2003; na luta pela reposição salarial em 2004, quando o Judiciário Federal obteve o aumento da GAJ de 12% para 30%; nos inúmeros chamamentos para integrar a greve unificada dos servidores públicos federais e para aprovar o PCS, este ano.

Através da luta, já obtivemos vitórias importantes em situações extremamente adversas: 11,98%, PCS de 2002, aumento da GAJ. Nada disso caiu do céu. Poderemos,

portanto, conquistar a revisão do PCS, se tivermos vontade de lutar.

Chega uma hora em que não podemos mais adiar nossas decisões. É necessário que todos os servidores do Judiciário, de

norte a sul, das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral, se unam e lutem com determinação pela aprovação da revisão do seu Plano de Cargos e Salários. Somos os únicos que temos interesse nisso, mas é necessária a união de todos nessa campanha, apesar de todas as dificuldades inerentes à luta. Somente assim obteremos êxito.

Da parte do sindicato, é tarefa fundamental esclarecer e convocar a categoria. Se não temos nossos direitos reconhecidos, vamos atrás deles. O sentimento de desconsolo dos trabalhadores deve ser substituído pelo sentimento de vontade de vencer. Para conquistar o PCS, isso será mais que necessário: será imprescindível.

*É necessário que todos os servidores lutem com determinação pelo PCS*



**na internet**  
sintrajufpe.org.br

» Arquivo de  
balancetes  
desde 2002

**CAMPANHA SALARIAL**

## Greve segue forte no INSS

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão em greve desde 2 de junho, ou seja, há mais de dois meses. Os trabalhadores não aceitaram a proposta do governo de oferecer reajuste por meio de gratificação vinculada ao aumento de produtividade e, para completar, a partir de 2006. As negociações estão suspensas e o governo avisou que descontará os dias parados.

No último dia 26, servidores em greve realizaram ato na capital federal, em frente aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social, para reivindicar a reabertura das negociações. Segundo a

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenaps), a categoria está preparando uma contraproposta para apresentar ao governo.

Na pauta, estão a transformação da gratificação de desempenho em gratificação fixa (com paridade entre ativos e aposentados), a antecipação do reajuste salarial para 2005 e a redução do número de parcelas dos 47,11% relativos à correção das distorções do parcelamento da extensão do Plano de Classificação de Cargos e Salários, prevista para ser paga em seis anos.

## TRF acata mandado contra corte de ponto na AGU

Mais uma vitória para os trabalhadores em campanha salarial: o mandado de segurança impetrado pelo Sindsep para impedir o corte de ponto dos servidores da Advocacia Geral da União e da Delegacia Regional do Trabalho foi acatado no último dia 27 pelo pleno do TRF.

Isso aconteceu depois do agravo regimental que questionava a decisão do presidente do TRF, que

suspendeu a liminar obtida pelos servidores na primeira instância. O pleno reverteu o voto do juiz presidente, garantindo o ponto dos servidores da AGU. É importante destacar diretores do Sintrajuf, Sindsep e Sindsprev questionaram tal corte de ponto após o ato público de 7 de julho, em reunião com o presidente do TRF, desembargador Francisco Queiroz Cavalcanti.



### expediente

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2500 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Elvson Cardoso (diretor de formação sindical), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)

## Trabalhadores do Executivo retomam atividades

A maior greve da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), cuja base engloba mais de 700 mil trabalhadores do Poder Executivo, desde 1995, durou 41 dias, contou com adesão de até 75% dos servidores e foi suspensa com uma agenda de negociação com o governo.

A abertura do diálogo com o governo prioriza as seguintes reivindicações: gratificação fixa para ativos, aposentados e pensionistas; incorporação da GAE ao

vencimento básico e política de reposição das perdas salariais. Caso tais pontos não sejam atendidos, a categoria pode voltar à greve.

Alguns setores do Executivo já obtiveram vitórias: os trabalhadores da Cultura receberão gratificação fixa de R\$ 1.550 para nível superior, R\$ 750 para nível intermediário e R\$ 505 para nível auxiliar, enquanto os servidores do Inbra comemoram a reestruturação da carreira e a abertura de concurso para 600 vagas.

## IBGE e técnicos da Receita Federal paralisados

Servidores públicos federais de outras duas categorias estão usando a greve como instrumento para pressionar o governo a negociar. Desde 4 de julho, os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística já paralisaram suas atividades em 14 estados. A categoria, que é incluída na carreira de Ciência e Tecnologia, exige a criação de uma carreira própria e de um plano de carreira.

Incorporação de gratificações, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e reajuste de 20% para os níveis auxiliar e médio são outras reivindicações dos trabalhadores do IBGE. O governo ainda não apresentou contraproposta e, segundo a Associação dos Servidores do IBGE – Sindicato Nacional, a greve continua até que haja negociação concreta.

Os técnicos da Receita

Federal, que reivindicam equiparação com os auditores, realizaram paralisação de três dias em duas semanas (de 20 a 22 e de 27 a 29 de julho), com adesão de 95%, e estenderam a greve para todos os dias da semana de 1 a 5 de agosto. Em comunicado, os trabalhadores reivindicam uma carreira “sem fragmentações, conflitos de competência ou corporativismos contra o crescimento funcional dos técnicos”.

A carreira auditoria da Receita Federal é composta pelos cargos de nível superior de técnico e de auditor-fiscal. Para os técnicos, tal divisão é indevida, uma vez que há similaridade de atribuições entre os dois cargos. Por isso, eles defendem que a carreira deve ser unificada. Os servidores exigem ainda ingresso por concurso público, possibilidade de promoção funcional e paridade.

**CAMPANHA SALARIAL****Judiciário se mobiliza com paralisação e ato**

Convocado pela Central Única dos Trabalhadores, um ato público conjunto dos servidores públicos federais marcou o Dia Nacional de Paralisação na manhã do dia 7 de julho. A atividade aconteceu em frente ao Tribunal Regional Federal e contou com a participação da base e de diretores do Sintrajuf, do Sindsep (Executivo) e do Sindsprev (Previdência).

Antes do ato, que teve início às 9h, servidores do Tribunal Regional do Trabalho se reuniram em café da manhã na entrada do tribunal. O dia de paralisação de 24 horas foi motivado pelas reivindicações da campanha salarial, pela revisão do Plano de Cargos e Salários em discussão na categoria e contra a PEC 02/03, que efetiva servidores requisitados.

Determinados setores do TRT, como o protocolo e algumas varas trabalhistas, foram totalmente fechados. De acordo com a diretoria do Sintrajuf, a adesão à greve de 24 horas foi boa, considerando ser a primeira manifestação da categoria para protestar contra o descaso do governo federal em relação ao funcionalismo. A mobilização ainda precisa se intensificar para garantir as vitórias da campanha salarial.

Atos, assembleias e paralisações ocorreram em vários estados. Na Bahia, houve paralisação de 24 horas em todos os tribunais, com realização de assembleias. No Espírito Santo, trabalhadores das Justiças Federal e do Trabalho pararam suas atividades durante duas horas como forma de protesto. Ação semelhante foi realizada na Justiça Eleitoral do Ceará.



UNIÃO Servidores na luta pela campanha salarial em ato de 7 de julho

Foto: João Carlos Rodrigues

**Campo e cidade unidos**

Proporcionar o debate amplo dos trabalhadores de todo o país é a meta do Encontro Nacional de Trabalhadores do Campo e da Cidade, de 3 e 4 de setembro, em local ainda a definir. O Sintrajuf será representado no evento, que pretende reunir de trabalhadores rurais sem terra a estudantes e ferroviários para debater os rumos das lutas atuais e futuras.

Na convocatória do evento, os trabalhadores denunciam o desvio dos recursos de investimentos sociais para o pagamento da dívida e questionam porque não há verba para criação de novos empregos e reforma

agrária, por exemplo, se milhões de reais são destinados ao pagamento dos juros. Os direitos dos servidores públicos também são exigidos no documento.

As principais reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade são as seguintes: assentamento de 1 milhão de famílias no campo, estatização das fábricas quebradas ocupadas pelos operários, reestatização de ferrovias e outras empresas e serviços públicos privatizados, independência das organizações dos trabalhadores e manutenção da soberania nacional.

 **sindicalismo**
**Servidores públicos têm seminário nacional**

A defesa do funcionalismo público de qualidade foi o ponto central do Seminário Nacional dos Servidores Públicos da CUT, realizado em São Paulo, de 5 a 7 de agosto. O encontro contou ainda com a presença de coordenadores da Fenajufe e de representantes de sindicatos do Judiciário Federal de mais cinco estados do Brasil.

Compuseram o temário as causas das tensões

do modelo econômico e políticas orçamentárias; as possibilidades de desenvolvimento social e valorização do funcionalismo público; os impactos, desafios e possibilidades de organização do sindicalismo no setor público após a reforma sindical; e a integração das direções das três esferas do funcionalismo público para articular e definir estratégias organizativas e de luta para 2005 e 2006.

 mundo

# EUA amplia seu império na América Latina



Charge: Gilmar (Agência Carta Maior)

Reunidos no encontro da cúpula do G-8, os líderes dos oito países mais ricos do mundo perderam boa parte da atenção mundial para as explosões de bombas em Londres, em 7 de julho. Talvez por isso não tenham recebido tanto destaque da mídia as manifestações populares de protesto contra o evento, como uma marcha de 250 mil pessoas em Edimburgo, na Escócia, e a paralisação de estradas e ferrovias. Na passeata, 25 pessoas foram feridas pela polícia britânica.

No encontro, o presidente estadunidense George W. Bush não aceitou aderir ao protocolo de Kioto, contra a emissão de gases poluentes, e aumentou apenas de maneira insignificante as doações do país à África.

Quem sabe estivesse mais preocupado com sua nova empreitada na América Latina: uma base militar permanente na região do Chaco, no Paraguai. O governo do país vizinho aprovou a instalação da base em 26 de maio.

É a primeira base estrangeira permanente na América do Sul e pouco se sabe sobre as intenções dos Estados Unidos em mantê-la aqui. De acordo com a revista Carta Capital, sua pista comporta bombardeiros B-52 e transportes C-5 Galaxy e deve abrigar 400 soldados, mas tem capacidade para até 16 mil. Além da área cedida, os militares contarão com total imunidade diplomática. A base fica a apenas 700 quilômetros de Itaipu e de Foz do Iguaçu.

## troca-troca

**De:** PE (TRE)  
**Para:** PB (TRE)  
**Nome:** Danielle Nóbrega Vilar  
**Cargo:** técnica judiciária  
**Telefone:** (83) 3225-2377 ou 9302-2267  
**E-mail:** danielle@tre-pb.gov.br

**De:** SP (JF)  
**Para:** CE (JF)  
**Nome:** Carlos Fabiano Haddad  
**Cargo:** técnico judiciário  
**Telefone:** (11) 5012-3638 ou 9818-9274  
**E-mail:** cfhaddad@uol.com.br

**De:** SP (TRF)  
**Para:** Nordeste  
**Nome:** Gustavo André da Fonseca Pereira  
**Cargo:** técnico judiciário  
**Telefone:** (11) 3012-1578 ou 7391-1819  
**E-mail:** gafpereir@trf3.gov.br

**De:** SP (TRT)  
**Para:** Nordeste  
**Nome:** Ricardo Diamante de Castro  
**Cargo:** técnico judiciário  
**Telefone:** (11) 4127-6498 ou 8137-1389  
**E-mail:** ricardodiamante2003@terra.com.br

**De:** PE (TRT)  
**Para:** CE  
**Nome:** Valdemar Moreira Cavalcante  
**Cargo:** técnico judiciário  
**Telefone:** (85) 3248-1056 ou 9616-9058  
**E-mail:** valdu2001@yahoo.com.br

**De:** BA  
**Para:** PE, PB, AL ou RN (TRT)  
**Nome:** Robson Valentim de Lima  
**Cargo:** analista judiciário  
**Telefone:** (71) 3354-0719 ou 9165-8285  
**E-mail:** robsonvalentin@ig.com.br

**De:** GO (TRT)  
**Para:** CE ou TRF 5ª Região  
**Nome:** Pedro Marcelo Vasconcelos  
**Cargo:** técnico judiciário  
**Telefone:** (85) 9622-5996, 3347-1332 ou 3286-1175  
**E-mail:** pm\_vasconcelos@yahoo.com.br

**De:** PE (TRT)  
**Para:** CE (TRT, TRF ou TRE)  
**Nome:** Ana Ferro  
**Cargo:** técnica judiciária  
**Telefone:** (81) 9114-8942 ou 3465-5878  
**E-mail:** ana\_ferro@ig.com.br

 **na internet** » Mais solicitações de permuta  
[sintrajufpe.org.br](http://sintrajufpe.org.br)



# Déficit zero: Estado em questão

A proposta de déficit zero de Delfim Neto – ex-ministro de vários governos da ditadura e um dos maiores responsáveis pelo grande aumento da dívida do país – que agora é discutida pelo governo pode representar um golpe profundo na nação. A “proposta simples” consiste em o governo pagar anualmente todo o montante dos juros da imensa dívida pública, o que não está sendo suficiente com os atuais superávits fiscais – economia entre despesas e receitas para pagar os juros dessa dívida.

O mecanismo seria o congelamento das despesas de custeio e investimentos e o aumento de 20% para 40% da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o que na prática significa retirar mais dinheiro das despesas que o governo tem como obrigação, como educação, saúde e previdência, para que quase metade do orçamento fique para livre utilização do governo – ou, dito de outra forma, para o pagamento de juros. A atual política de superávit tem levado a um choque entre o governo e os movimentos sociais. Imaginem ter que aumentá-lo mais ainda!

A grande falácia na proposta é afirmar que,

aumentando o superávit, os juros cairão, a dívida diminuirá e no futuro a economia vai melhorar. Já ouvimos história semelhante do Delfim Neto na época da ditadura, de esperar o bolo crescer para depois distribuí-lo. O resultado desastroso todos conhecemos. Ouvimos, mais recentemente, que tinham de fazer reformas como a da previdência e aumentar os superávits. Isso foi feito, mas os juros continuam no espaço.

Para se ter uma idéia, o superávit foi de 4,32% do PIB em 2003 e de 4,61% em 2004, significando uma “economia” de R\$ 66,2 bilhões e R\$ 81,1 bilhões – nos dois anos um total de R\$ 147,3 bilhões. Mas os juros pagos foram de R\$ 145,2 bilhões em 2003 e de R\$ 128,2 bilhões em 2004. Nos dois anos, os pagamentos foram de R\$ 283,4 bilhões. Logo, o chamado déficit nominal – isto é, a diferença entre os juros pagos e superávit fiscal – foi de R\$ 136,1 bilhões. Sendo que a dívida pública passou de R\$ 881,1 bilhões para R\$ 956,9 bilhões entre 2003 e 2004.

Assim, o governo deveria praticamente duplicar o valor do superávit para pagar todo o juro, o que evidentemente é impossível

sem destruir completamente o Estado brasileiro.

Exagero? Vejamos as propostas do ministro do Planejamento Paulo Bernardo ao jornal O Estado de São Paulo em 6 de julho, após um jantar na Fiesp para discutir o assunto: “estabelecimento de limites para o aumento dos gastos, tratamento da questão de pessoal, discussão sobre vinculação de despesas, choque de gestão e melhoria dos gastos”. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, propõe, no mesmo jornal: “controle dos gastos, redução do desperdício e ‘choque de gestão’ nas contas da Previdência Social”. Mais claro ainda, Tasso Jereissatti, no mesmo jornal: “O governo precisa acabar com muitos ministérios, muitos cargos comissionados, fazer uma limpeza geral, dizer que errou e que quer um pacto político”. Isso tudo no momento da crise, gerada pelas denúncias de corrupção.

O jornalista Carlos Sandenberg, na coluna Opinião do Estado de 4 de julho, afirma: “Talvez a crise política decorrente do vendaval da corrupção tenha estimulado Lula a buscar algo novo. Se for isso terá sido um bom resultado da crise”. Três dias depois, o ministro do

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) Jacques Vagner diz, no Estado: “A crise não interfere. Pelo contrário, é uma agenda positiva”.

Claro está que adotar essa política só vai aumentar a distância do governo com o povo e, diferentemente do que se pensa, só irá aumentar a crise do governo Lula. Com o déficit zero, o que sobrar do Estado brasileiro só servirá como instrumento mais direto ainda de pagamento de juros aos bancos. O povo brasileiro, certamente não aceitará essa política.

Como disse recentemente o economista da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista, analisando a proposta: “observação (de mau gosto, reconheço): na Argentina, o malfadado governo De La Rúa, depois de ter sido seriamente abalado por denúncias de corrupção, foi induzido pelo ministro da Economia, Domingo Cavallo, a radicalizar a política econômica e a comprometer-se com uma meta de déficit zero. De la Rúa não terminou seu mandato”.

*Por Washington Luiz Moura Lima, assessor econômico do Sintrajuf e da Fenajufe*

## Leia trechos da resolução da CUT sobre o déficit zero

*A CUT reafirma sua preocupação, e absoluta discordância, com algumas das propostas de reforma fiscal em discussão, centradas no conceito do “Déficit Nominal Zero”. Entre as medidas sugeridas está o aumento da desvinculação de*

*receitas da União e o “congelamento”, em termos reais, das despesas obrigatórias e de custeio do setor público.*

*Ressaltamos que o objetivo de criar condições para o equilíbrio fiscal em médio prazo, com redução das taxas de juros e redução da dívida*

*pública, não pode ser em hipótese alguma pretexto para a destruição da vinculação de receitas para a área social (seguridade, saúde e educação, principalmente), uma conquista da Constituição de 1988.*

*(...) Também não podemos admitir que o*

*“congelamento” das despesas, em termos reais, leve a dificuldades ainda maiores no campo das negociações entre o Executivo e o funcionalismo público, penalizando ainda mais trabalhadores que, nos últimos anos, foram severamente atingidos em seus direitos básicos.*

**jurídico**

## Quintos: andamento dos processos judiciais

» **Servidores do TRT:** 2002.83.00.014403-1 (6ª Vara)

O agravo de instrumento 59717-PE foi apresentado pela União contra a antecipação de tutela concedida pela 6ª Vara Federal. O mérito será apreciado na decisão da Apelação Cível 363956-PE, impetrada pela União contra a decisão da 6ª Vara Federal que concedeu a incorporação dos quintos.

» **Servidores do TRF:** 2002.83.00.014404-3 (12ª Vara)

Concluso para sentença no Gabinete do Juiz Federal Substituto em 27 de junho. O sindicato realizou diligência pedindo celeridade processual.

» **Servidores do TRF:** 2005.83.00.009140-4 (7ª Vara)

Houve autuação em 25 de maio e o processo foi concluído para sentença no último dia 21. O sindicato realizou diligência pedindo celeridade processual.

## FGTS

» **2000.83.00.020726-3** (3ª Vara)

Foi publicado despacho, no último dia 29, intimando o sindicato para iniciar a execução do julgado.

## Restituição do IR e PSS sobre os 11,98%

Foi autorizado, em assembleia, o ajuizamento de ação judicial visando a restituição do Imposto de Renda (IR) e do Plano de Seguridade Social (PSS) que incidiram sobre os 11,98%, pagos administrativamente. O sindicato está preparando a documentação necessária para ajuizar a referida ação.

## Correção sobre gratificação extraordinária de 170%

No processo originário 94.000.8031-0 (6ª Vara), encabeçado pelo servidor Cláudio Vinícius Vercosa Barros e mais 136 autores, a União ingressou com embargos à execução 2005.83.00.005836-0. O valor da execução totaliza mais de R\$ 190 mil, com atualização até dezembro de 2003. No último dia 29, foi publicado despacho intimando o sindicato para apresentar impugnação, se for o caso. Confira a lista completa de autores no site do Sintrajuf.



**na internet** » Lista de autores  
[sintrajufpe.org.br](http://sintrajufpe.org.br)

## Exclusão da parcela opção

O Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 589/2005, decidiu que todos os aposentados e pensionistas que entraram em inatividade após a edição da Medida Provisória 831/95 e que recebiam por força da Decisão 481/97, em seus proventos, a vantagem denominada “opção”, estão ameaçados de perdê-la.

Tramitam no TCU Embargos de Declaração contra o referido acórdão (Plenário, Sessão de 18/05/2005, Ata 17/2005), em que figura como uma das partes interessada a Fenajufe, que visa, em síntese, a decretação de nulidade do acórdão, bem como a manutenção da parcela “opção” já incorporada para todos os substituídos que tiveram pelo menos um quinto ou décimo incorporado, derivado do exercício de cargos ou funções de confiança, tendo em vista o disposto na Decisão 565/1997-TCU-Plenário e na Decisão Normativa TCU 19/1990.

Assim, em face dos Embargos de Declaração, estão suspensos os prazos para cumprimento do Acórdão, ficando o TCU impossibilitado de determinar a supressão da parcela “opção” até julgamento final. O Sintrajuf está analisando minuciosamente esse caso, com o objetivo de intentar ação judicial contra tal acórdão, caso o TCU julgue improcedentes os referidos Embargos de Declaração, e já informou aos tribunais a suspensão do efeito da decisão do acórdão 589/2005, através da certidão do TCU, obtida pela Fenajufe.

**fato relevante**

## Nomeação de Luiz Marinho

A Central Única dos Trabalhadores publicou nota oficial, em 12 de julho, sobre a escolha de seu ex-presidente, Luiz Marinho, para o cargo de ministro do Trabalho. O documento reafirma a autonomia da central em relação a qualquer governo: “A CUT é uma central autônoma e independente em relação aos governos e partidos políticos e não participa da indicação de ministros”, explica a nota.

Além disso, a carta reitera os compromissos da CUT com a classe trabalhadora e a defesa das lutas históricas da central, como a liberdade de organização sindical, a recomposição do poder de compra do salário mínimo e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. A campanha salarial dos servidores públicos federais também é citada.

Em entrevista coletiva

à imprensa no último dia 29, o novo presidente nacional da CUT, João Antônio Felício, disse que a prioridade será a “implantação de uma política de recomposição do salário mínimo e de humanização das relações de trabalho”, além da ampliação das relações com os movimentos sociais. A redução da taxa de juros e do superávit primário serão combatidos.

A direção do Sintrajuf defende que as ações da central não podem deixar nenhuma dúvida sobre o lugar da CUT, enquanto central sindical comprometida com os interesses dos trabalhadores. A direção nacional da CUT precisa reafirmar seus princípios de atuar de forma independente do Estado, do governo e do patronato, e de forma autônoma em relação aos partidos e agrupamentos políticos, como diz seu estatuto.